



---

## Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça-feira

Grandes escritórios de advocacia têm sido acionados na Justiça do Trabalho por ex-advogados que buscam o reconhecimento de vínculo empregatício. De acordo com reportagem do jornal **Valor Econômico**, o Emerenciano e Baggio, o Peixoto e Cury, o Machado Meyer e o Chalfin, Goldberg, Vainboim & Fichtner Advogados Associados estão entre as que enfrentaram recentemente o problema no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Há decisões a favor e contra os escritórios. Quando fica caracterizado que o associado ou sócio exerce funções de empregado, a Justiça do Trabalho tem reconhecido o vínculo, com base no artigo 3º da CLT. Por não poder reexaminar as provas, as decisões dos tribunais regionais tem sido mantidas no TST.

---

### Planejamento tributário

Uma nota técnica da Receita Federal diz que o governo receber aproximadamente 15% das dívidas de contribuintes que aderem aos programas de parcelamentos especiais, como o Refis. Além disso, entre 55% e 85% das empresas beneficiadas deixam de honrar os pagamentos e acabam excluídas dos programas. A suspeita dos técnicos é de que elas estejam utilizando o Refis como instrumento de planejamento tributário. Ou seja, elas se valem dos parcelamentos para pagar menos impostos e contribuições. A nota, elaborada pela Coordenação-Geral de Arrecadação e Atendimento (Codac) foi encaminhada ao secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, antes da abertura simultânea, no início do mês, de três operações desse tipo: o Refis da Crise, o Refis das Múltis brasileiras e o Refis dos Bancos. As informações são do jornal **O Estado de S.Paulo**.

---

### Plano global

O Brasil é um dos países com assento no grupo responsável por definir, até 2015, juntamente com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as medidas contra o deslocamento artificial de lucros. Apresentado pelo G-20 em julho, o plano global de ação que visa fechar brechas entre as legislações tributárias dos países que geram o pagamento menor de tributos pelas multinacionais começará a ser debatido oficialmente na sexta-feira (1º/11), em Paris. Dentre os 15 itens do plano de ação traçado pela OCDE, um já tem total apoio do Fisco brasileiro: obrigar as empresas a informar às autoridades fiscais de cada país onde operam com planejamentos tributários que visam recolher menos impostos. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

### Aumento do IPTU

Um grupo formado por integrantes da Associação Comercial, Federação do Comércio (Fecomércio), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Sindicato da Habitação (Secovi) promete entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal caso o prefeito Fernando Haddad (PT) sancione o aumento de até 35% do IPTU na capital. O projeto deve ser votado nesta quarta-feira (30/10), em segunda discussão na Câmara. O grupo alega que o aumento contradiz o artigo 145 da Constituição Federal, segundo o qual os impostos devem ser "graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte". Os vereadores aprovaram em primeira votação o aumento de

---



---

IPTU com tetos de 20% para imóveis residenciais e 35% para comerciais em 2014, e de 10% e 15%, respectivamente, a partir de 2015. As informações são do jornal **O Estado de S.Paulo**.

---

### **Habilitação de crédito**

Uma decisão da Justiça Federal autorizou uma empresa capixaba a sacar depósito judicial para pagar impostos que vencerem no período de habilitação de créditos tributários pela Receita Federal, reconhecidos pelo Judiciário. A sentença é da juíza federal Enara de Oliveira Olimpio Ramos Pinto, de Vitória. Em razão da demora da Receita Federal para concluir a análise, a companhia resolveu propor mandado de segurança para assegurar o uso do depósito e não ter que pagar multa e juros de mora. Segundo o advogado Ricardo Martins Rodrigues, do escritório Tudisco & Rodrigues, que representa a empresa, a necessidade de habilitação foi estabelecida em razão de vários casos de compensação tributária indevida. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

### **Preferência em licitações**

Um estudo feito pelo Sebrae mostra que quase 4 mil municípios brasileiros não cumprem a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada em 2006, no que diz respeito à preferência a essas empresas em licitações para compras públicas. Se as administrações municipais seguissem a legislação, a receita dessas empresas poderia quadruplicar, atingindo R\$ 55,3 bilhões anuais. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

---

### **Regras das eleições**

Começou nesta segunda-feira (28/10) a série de audiências públicas coordenadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para definir as regras das eleições de 2014. De acordo com o tribunal, temas como a conduta do político durante a campanha eleitoral, a arrecadação de recursos dos partidos e até os lacres das urnas serão discutidos. O ministro Dias Toffoli, como relator das instruções das eleições de 2014, é o responsável por analisar as sugestões feitas e decidir se vai incorporá-las ou não. Depois, as regras serão apreciadas pelo plenário do TSE. As informações são do portal **R7**.

---

### **Greves de servidores**

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostram que as greves de servidores públicos duram cerca de 250% a mais que as greves na iniciativa privada. Segundo o Dieese, a ausência de regulamentação da negociação coletiva de trabalho no funcionalismo continua a ser um fator importante para explicar a discrepância entre a duração das greves nas esferas pública e privada. Por esse raciocínio, no serviço público, em razão da inexistência de datas-base definidas, as paralisações acabam funcionando como um meio para forçar a abertura das negociações salariais. Tanto na iniciativa privada, quanto no serviço público o número de greves cresceu. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

---

### **Greve em Roraima**

Nesta segunda-feira (28/10), após uma audiência de conciliação os oficiais de Justiça de Roraima

---



aceitaram suspender a greve por 60 dias, período no qual as partes pretendem chegar a um acordo definitivo sobre a pauta de reivindicações apresentada pelo sindicato da categoria. Eles estavam parados desde o dia 21 de outubro. Uma comissão composta por membros do Tribunal de Justiça e do sindicato foi formada com o objetivo de apresentar uma proposta que atenda as necessidades das partes ao final do prazo de 60 dias. As informações são do portal **G1**.

---

## OPINIÃO

### **Agressão à policiais**

Em artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, coronel Benedito Roberto Meira, defende alterações na lei para evitar agressões à policiais como aconteceu na última sexta-feira (25/10) em São Paulo, quando um coronel foi agredido por um grupo de manifestantes. “Falta à legislação brasileira reconhecer que policial, em sua função, personifica o Estado, ao qual a sociedade atribuiu o dever de fazer uso legítimo da força na defesa da lei e na prevenção ao crime”, afirma. Para ele, a legislação brasileira permite com que essas pessoas sejam violentas por saberem que serão soltas, pois seus atos são considerados infração de menor potencial ofensivo.

### **Date Created**

29/10/2013